



ASSESSORIA JURÍDICA LEGISLATIVA

PARECER SOBRE A INCLUSÃO DO VETO Nº 001/2024 NA ORDEM DO DIA

Ementa: Veto às emendas ao Projeto de Lei
Legislativo nº 019, de 2024

I – RELATÓRIO

O presente parecer tem por objetivo justificar a **inclusão do Veto nº 001/2024 na Ordem do Dia da sessão legislativa**, em razão do esgotamento do prazo regimental sem deliberação. O veto, de iniciativa do Chefe do Poder Executivo, **refere-se às emendas ao Projeto de Lei Legislativo nº 019/2024, que dispõe sobre o Código Tributário do Município de Granito-PE.**

A matéria foi submetida ao trâmite regimental previsto na Lei Orgânica do Município de Granito-PE e no Regimento Interno da Câmara Municipal de Granito, especialmente o disposto no **art. 188, § 6º deste último, que estabelece que, se o veto não for deliberado dentro do prazo de 30 dias, ele deve ser incluído automaticamente na Ordem do Dia da sessão imediata, sobrestando as demais proposições até sua votação final.**

Considerando que o prazo para apreciação expirou sem que tenha havido deliberação, a **matéria não pode ser postergada, devendo ser pautada de forma prioritária.**

II – FUNDAMENTAÇÃO

1. Da Competência do Prefeito para o Veto



O veto é prerrogativa constitucional e legal do Prefeito, conforme previsto no art. 66, § 1º, da Constituição Federal, no art. 67, § 2º, da Lei Orgânica Municipal e no art. 188, § 1º, do Regimento Interno da Câmara. No presente caso, o Veto nº 001/2024 foi fundamentado na incompatibilidade das emendas com os princípios da legislação tributária vigente e com o interesse público, além da inviabilidade administrativa e orçamentária das alterações propostas.

2. Da Obrigatoriedade de Deliberação do Veto

O Regimento Interno da Câmara Municipal de Granito, no art. 188, § 5º, estabelece que o veto deve ser submetido a um único turno de discussão e votação no prazo de 30 dias, contados do seu recebimento.

Entretanto, como esse prazo transcorreu sem que o veto fosse apreciado, aplica-se o disposto no art. 188, § 6º, que determina que o veto deve ser incluído na Ordem do Dia da sessão imediata, sobrestando as demais proposições até sua votação.

Essa norma impõe uma obrigação regimental ao Presidente da Câmara e aos demais vereadores, que não podem se eximir de apreciar o veto, sob pena de descumprimento do Regimento Interno.

3. Das Consequências da Omissão na Deliberação

Caso a deliberação não ocorra, haverá descumprimento do procedimento legalmente estabelecido, o que pode acarretar implicações regimentais e jurídicas, incluindo a caracterização de omissão legislativa e a eventual judicialização da questão.

Além disso, a não votação do veto inviabiliza o regular trâmite do Projeto de Lei Legislativo nº 019/2024, prejudicando a eficácia do Código Tributário Municipal e, consequentemente, a administração pública municipal.



III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, é **IMPERATIVA** a inclusão do Veto nº 001/2024 na Ordem do Dia da próxima sessão, nos termos do art. 188, § 6º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Granito.

A deliberação sobre o veto deve ocorrer de forma prioritária, sobrestando todas as demais proposições, garantindo o cumprimento das normas regimentais e assegurando o funcionamento regular do processo legislativo municipal.

Granito-PE, 20 de março de 2025.

**CAIO VÍTOR OLIVEIRA BRITO
ASSESSOR JURÍDICO - OAB/PE 59.898
CÂMARA MUNICIPAL DE GRANITO-PE**